



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PRPGP  
COORDENAÇÃO GERAL DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO  
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III – GUARABIRA/PB  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
4ª TURMA DE ESPECIALIZAÇÃO:  
GEOGRAFIA E TERRITÓRIO: PLANEJAMENTO URBANO, RURAL E  
AMBIENTAL**

**Linha de pesquisa: Planejamento Territorial Urbano e Rural**

**GEOGRAFIA AGRÁRIA E TERRITÓRIO:  
CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR  
DO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA/PB**

**ANÍBAL SIMÕES FILHO**

**GUARABIRA/PB  
2020**

**ANÍBAL SIMÕES FILHO**

**GEOGRAFIA AGRÁRIA E TERRITÓRIO:  
CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR  
DO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC - MONOGRAFIA) apresentado junto à coordenação do curso da 4ª Turma de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP), em cumprimento aos requisitos necessários para obter o título de Especialista em Geografia. Sob a orientação do Prof. Ms. Elton Oliveira da Silva

**Linha de Pesquisa:** Planejamento Territorial Urbano e Rural

**GUARABIRA/PB  
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S435g Simões Filho, Anibal.  
Geografia agrária e território [manuscrito] : contribuições para o estudo da feira da agricultura familiar no município de Píripituba/PB / Anibal Simões Filho. - 2020.  
54 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Monografia (Especialização em Geografia, Território e Planejamento: Urbano, Rural e Ambiental) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2020.  
"Orientação : Prof. Me. Elton Oliveira da Silva, UEPB - Universidade Estadual da Paraíba."  
1. Geografia. 2. Território. 3. Agricultura familiar. 4. Planejamento. I. Título

21. ed. CDD 910

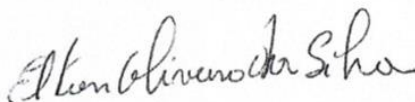
**ANÍBAL SIMÕES FILHO**

**GEOGRAFIA AGRÁRIA E TERRITÓRIO:  
CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR  
DO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC - MONOGRAFIA) apresentado junto à coordenação do curso da 4ª Turma de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP), em cumprimento aos requisitos necessários para obter o título de Especialista em Geografia. Sob a orientação do Prof. Ms. Elton Oliveira da Silva

Aprovado em: 30 / 11 / 2020

Banca Examinadora



Prof. Ms. Elton Oliveira da Silva - UEPB/CH  
Orientador (Mestre em Geografia pela UFPB)



Prof. Ms. Thiago Leite Brandão De Queiroz – UEPB/CH  
Examinador (Mestre em Geografia pela UFPB)



Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues – UEPB/CH  
Examinador (Doutor em Geografia pela UFRN)

Aos meus pais, Ivonete dos Santos  
Pereira e Aníbal Simões (*In  
Memoriam*) pelo apoio, cuidado e  
incentivo incondicionais, DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

A todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para realização deste trabalho; familiares, professores, amigos e colegas!

Nós somos responsáveis pelo outro, estando atentos a isto ou não, desejando ou não, torcendo positivamente ou indo contra, pela simples razão de que, em nosso mundo globalizado, tudo o que fazemos (ou deixamos de fazer) tem impacto na vida de todo mundo e tudo o que as pessoas fazem (ou se privam de fazer) acaba afetando nossas vidas. (Zygmunt Bauman)

## **4ª Turma de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental**

**TÍTULO DO TRABALHO:** GEOGRAFIA AGRÁRIA E TERRITÓRIO: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA/PB

**LINHA DE PESQUISA:** PLANEJAMENTO TERRITORIAL URBANO E RURAL

**AUTOR (A):** ANÍBAL SIMÕES FILHO

**ORIENTADOR:** PROF. MS.ELTON OLIVEIRA DA SILVA

**EXAMINADOR:** PROF. MS.THIAGO LEITE BRANDÃO DE QUEIROZ

**EXAMINADOR:** PROF. DR. LEANDRO PAIVA DO MONTE RODRIGUES

### **RESUMO**

Considera-se que o estudo do tema da agricultura no século XXI contribui essencialmente para um aprimoramento dos estudos sobre as condições sociais, como também reflete a forma singular existente em cidades de pouca visibilidade diante do cenário da agricultura “moderna”. Para tanto, o presente trabalho tem por objetivo principal compreender o desenvolvimento da Agricultura Familiar e/ou Camponesa, a partir da feira de Agricultores Familiares do Município de Pirpirituba/PB. O trabalho foi desenvolvido com base em pesquisas de campo, com coleta de entrevistas *in loco*, com os sujeitos envolvidos na proposta de implantação e efetivação da feira, implantada na Cidade de Pirpirituba/PB, localizada na região geográfica imediata de Guarabira. A pesquisa bibliográfica compõe o trabalho sobre o debate geográfico e a categoria de território, dentre os autores utilizados podemos destacar: Fernandes (2002); Ferreira (2001); Gómez (1995); Moreira (1997); Oliveira (2001, 2004, 2007); Ramos Filho (2011); Saquet; Sposito (2009); Stédile (2005); Mitidiero Junior; Garcia; Viana (2015); Oliveira; Marques (2004); Santos (2017) Sposito (2017). Fuini (2015, 2017); Megale (1976); Souza (2016; 2017). A partir dos dados obtidos do IBGE, dos últimos dois censos agropecuários (2006) e (2017) observa-se que de forma ampla o Agricultor Familiar é o responsável pela produção efetiva de alimentos que chegam à mesa da população, com o detalhe da produção diversa caracterizada pela policultura. Essa condição por sua vez, pode ajudar na formulação de políticas públicas que possam dar subsídio ao desenvolvimento do espaço agrário. O que exige planejamento participativo abrindo mais um espaço de debates e reconhecimento da importância da agricultura familiar, reconhecendo o agricultor como sujeito ativo que deve ser ouvido e inserido no planejamento territorial.

**Palavras-Chave:** Geografia; Território; Agricultura familiar; Planejamento.



## **4ª Clase de Especialización en Geografía y Territorio: Planificación Urbana, Rural y Ambiental**

**TÍTULO DEL TRABAJO:** GEOGRAFÍA Y TERRITORIO AGRARIO: CONTRIBUCIONES AL ESTUDIO DE LA FERIA DE AGRICULTURA FAMILIAR EN EL MUNICIPIO DE PIRPIRITUBA / PB

**LÍNEA DE INVESTIGACIÓN:** PLANIFICACIÓN DEL TERRITORIAL URBANO Y RURAL

**AUTOR:** ANÍBAL SIMÕES FILHO

**TUTOR:** PROF. MS.ELTON OLIVEIRA DA SILVA

**EXAMINADOR:** PROF. MS.THIAGO LEITE BRANDÃO DE QUEIROZ

**EXAMINADOR:** PROF. DR. LEANDRO PAIVA DO MONTE RODRIGUES

### **RESUMEN**

Se considera que el estudio del tema de la agricultura en el siglo XXI contribuye esencialmente a una mejora de los estudios sobre las condiciones sociales, así como a reflejar la forma singular que existe en las ciudades de escasa visibilidad en el contexto de la agricultura “moderna”. Para ello, el presente trabajo tiene como objetivo principal comprender el desarrollo de la Agricultura Familiar y / o Campesina, desde la Feria de Agricultores Familiares en el Municipio de Pirpirituba / PB. El trabajo se desarrolló a partir de una investigación de campo, con recolección de entrevistas in loco, con los sujetos involucrados en la propuesta para la implantación y realización de la feria, implantada en la Ciudad de Pirpirituba / PB, ubicada en la región geográfica inmediata de Guarabira. La investigación bibliográfica compone el trabajo sobre el debate geográfico y la categoría de territorio, entre los autores utilizados podemos destacar: Fernandes (2002); Ferreira (2001); Gómez (1995); Moreira (1997); Oliveira (2001, 2004, 2007); Ramos Filho (2011); Saquet; Sposito (2009); Stédile (2005); Mitidiero Junior; García; Viana (2015); Oliveira; Marques (2004); Santos (2017) Sposito (2017). Fuini (2015, 2017); Megale (1976); Souza (2016; 2017). A partir de los datos obtenidos del IBGE, de los dos últimos censos agropecuarios (2006) y (2017), se observa que el Campesino Familiar es en gran parte responsable de la producción efectiva de alimentos que llegan a la mesa de la población, con el detalle de la producción. diversidad caracterizada por el policultivo. Esta condición, a su vez, puede ayudar en la formulación de políticas públicas que puedan apoyar el desarrollo del espacio agrario. Esto requiere una planificación participativa, abrir más espacios de debate y reconocer la importancia de la agricultura familiar, reconociendo al agricultor como un sujeto activo que debe ser escuchado e insertado en la planificación territorial.

**Palabras-Clave:** Geografía; Territorio; Agricultura familiar; Planificación.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> - Mapa de localização Geográfica do Município de Pirpirituba/PB .....	13
<b>Figura 02</b> - Elementos das tendências paradigmáticas.....	16
<b>Figura 03</b> – Palestra de abertura da 3º Semana da Agricultura Familiar.....	40
<b>Figura 04</b> – Vista parcial da Feira da Agricultura Familiar no Município de Pirpirituba-PB.....	43
<b>Figura 05</b> – Entrevista com os Agricultores que participam da feira.....	46
<b>Figura 06</b> – Entrevista com os Agricultores que participam da feira.....	46

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> – Dados dos agricultores entrevistados na pesquisa empírica.....	44
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE -	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
PMP -	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRPIRITUBA
MPA -	MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES
PRONAF -	PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
EMPAER -	EMPRESA PARAIBANA DE PESQUISA, EXTENSÃO RURAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
MST -	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA
INCRA -	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
UEPB -	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CEAT -	CENTRO DE ESTUDOS AGRÁRIAS E DO TRABALHO

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO .....</b>	<b>18</b>
2.1 A GEOGRAFIA E SUA CONDIÇÃO NA MODERNIDADE.....	18
2.2 GEOGRAFIA AGRÁRIA E A CONDIÇÃO DO TERRITÓRIO.....	21
<b>3 A DUALIDADE DOS SUBESPAÇOS: CAMPO/CIDADE.....</b>	<b>27</b>
3.1 AGRICULTURA CAMPONESA E/OU FAMILIAR.....	29
3.2 O CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	33
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>37</b>
4.1 PLANEJAMENTO RURAL E A QUESTÃO DA AGRICULTURA.....	37
4.2 A FEIRA DE PEQUENOS PRODUTORES .....	39
<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS .....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>49</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>53</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A trajetória da presente pesquisa desenvolveu-se desde o período da graduação e posteriormente a especialização, a partir da disciplina respectivamente de geografia agrária e planejamento rural. Contemporâneo a graduação e pós-graduação é pontual citar o grupo de pesquisas Centro de Estudos Agrárias e do Trabalho (CEAT) que entre aulas, trabalhos de campo e participações em eventos durante esse espaço de tempo, resultou no encaminhamento para diversos trabalhos, artigos apresentados e publicados, fundamentados por temas como: Educação do/no Campo, movimentos sociais camponeses, assentamentos de reforma agrária, luta pela terra e etc.

Geograficamente a inquietação pertinente desta pesquisa e propriamente uma das justificativas relacionadas aos temas mais pontuais do campo brasileiro, refere-se as contradições advindas de uma passagem histórica conturbada da gênese da invasão e expropriação do território. O que viria a se tornar o Estado Brasileiro em síntese pode ser representado por paradigmas e a própria centralidade do espaço agrário. Neste momento, Oliveira (2004), Moreira (1997) a lógica estava pautada em uma acumulação de poder e conquistas, que foram se seguindo em diversos acontecimentos sobre a égide do latifúndio e de um modelo de produção voltado a monocultura.

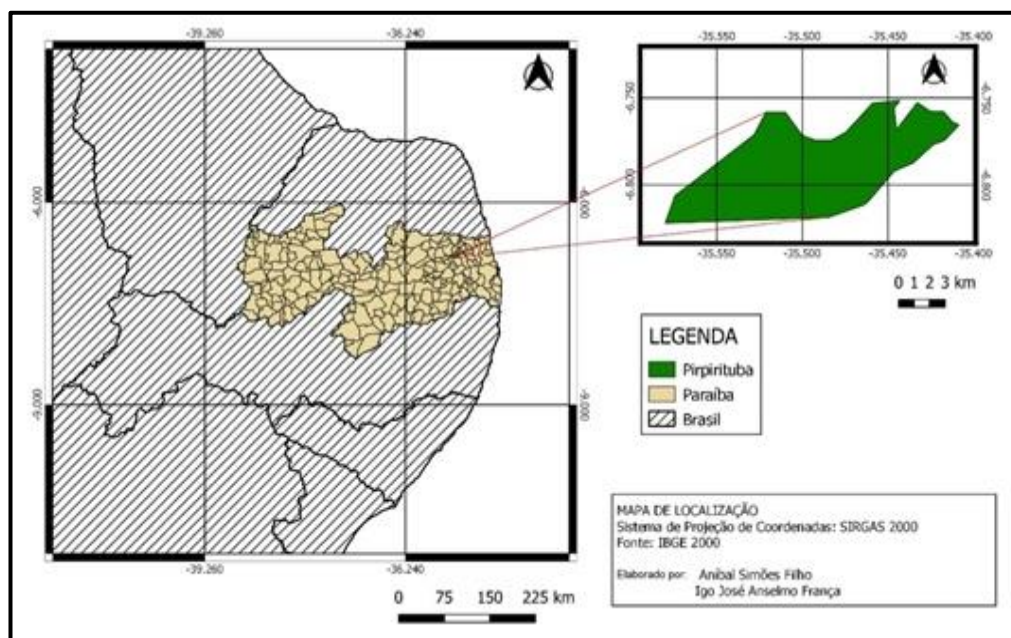
Assim, a problemática deste trabalho se insere na preocupação atual do desenvolvimento do campo brasileiro, seus atores e também da produção de alimentos e o contraponto das dificuldades para a existência e fortalecimento da identidade camponesa baseado em uma tradição familiar. Que adentra em consequência ao debate sobre políticas públicas para o campo brasileiro. Oliveira (2004) afirma que as políticas públicas que visem construir novos modelos rurais devem romper com as referências oriundas do capitalismo, que estão na base da crise civilizatória que ora vivemos, em particular na sociedade brasileira.

Dessa forma, a pesquisa pretende pautar sua contribuição no debate atual da Geografia em particular da geografia agrária, sobre o modelo de produção familiar considerando os produtores do município de Pirpirituba/PB. Que pode ser delimitado como referência de desenvolvimento a partir da policultura e do conhecimento da vida tradicional do campo e a comercialização de produtos na feira da agricultura familiar.

Considerando a espacialidade da pesquisa, o município de Pirpirituba (Figura 01) está incluído na região geográfica imediata de Guarabira, localizada inserida na

região intermediária de João Pessoa. Segundo o (IBGE, 2017) a estimativa da população no ano referenciado era de 10.585 mil habitantes.

**Figura 01** – Mapa de localização Geográfica do Município de Pirpirituba/PB



**Fonte:** IBGE (2019)

**Org:** FRANÇA, Igor J.A; SIMÕES FILHO, Aníbal

A pesquisa na localidade possibilita a contribuição não somente para o meio acadêmico, mas também todo o conhecimento que pode ser trazido sobre o movimento de implementação de uma política pública que se instala *a priori* de forma organizada, observando outros projetos na explicação da pesquisa.

Como justificativa, o Censo Agropecuário 2006 do IBGE demonstra que no campo, o segmento camponês é quem efetivamente gera 74,4% dos empregos no campo, 38% do valor bruto da produção agropecuária e produz os alimentos que compõe a mesa dos brasileiros (87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 16% da soja, 58% do leite, 50% das aves, 59% dos suínos, 30% dos bovinos) (MDA, sd). Essa mesma compreensão e resultados é continua do Censo Agropecuário de 2017.

A partir dos dados apresentados indo além dos resultados explícitos, consegue-se traçar a interpretação que as grandes corporações do agronegócio, como muitas vezes é considerado sobre a produção de alimentos não favorecem a lógica de reprodução da vida, mais sim a reprodução do lucro.

Dessa forma, a lógica do agronegócio é avançar a fronteira agrícola e explorar e extrair o máximo os potenciais produtivos dos territórios. Essa perspectiva é simplificadora dos ecossistemas (terra-mercadoria) e poupadora de mão-de-obra. Enquanto a lógica camponesa é de enraizamento territorial (terra para viver, habitat), agregadora de trabalho e fixadora da mão-de-obra familiar (OLIVEIRA, p. 339). Assim, a questão camponesa da produção familiar se coloca intrínseca a diversas outras questões relacionadas com o agronegócio, que se completam em um contexto desigual.

O objetivo principal, compreender o desenvolvimento da Agricultura Familiar a partir da feira de Agricultores Familiares do Município de Pirpirituba/PB. Os objetivos específicos são: Entender a trajetória da agricultura moderna, sobre a ótica dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário; estudar o conceito de agricultura familiar e/ou agricultura camponesa e explorar como se encontra o estado da política pública da agricultura no município de Pirpirituba/PB.

O arcabouço teórico-conceitual está fundamentado na análise do território, tomando assim da afirmação de Saquet (2009) pois, território é categoria e ferramenta intelectual de primeira importância para a Geografia. Dessa forma, articula-se o movimento da agricultura camponesa e das políticas públicas em torno da terra e nos paradigmas que atentam as discussões no cenário atual do campo brasileiro. Que também são problemáticas de caráter histórico, para tanto foi trabalhado com autores que discutem a temática, partindo das leituras sobre a ciência geografia e da geografia agrária, em artigos e monografias, disponíveis em meios digitais e na biblioteca da Universidade Estadual da Paraíba\UEPB.

Autores como; Welch (2009); Almeida (2006); Fernandes (2002); Ferreira (2001); Gómez (1995); Moreira (1997); Oliveira (2001, 2004, 2007); Ramos Filho (2011); Saquet; Sposito (2009); Stédile (2005); Mitidiero Junior; Garcia; Viana (2015); Oliveira; Marques (2004); Santos (2017) Sposito (2017). Fuini (2017, 2015); Megale (1976); Souza (2017; 2016); Cataia (2019); Galvão; Bezerril (2012); Pereira (2011); Raffestin (1993); Souza (2017); Saquet (2009; 2011; 2007; 2016); Harvey (2001); Wanderley (2001); Mitidiero Junior; Barbosa; De Sá (2006). Fundamentaram a metodologia que foi utilizada para o trabalho de campo, onde foi utilizado a entrevista semiestruturada com os agricultores, como também os próprios organizadores e participantes do projeto da feira.



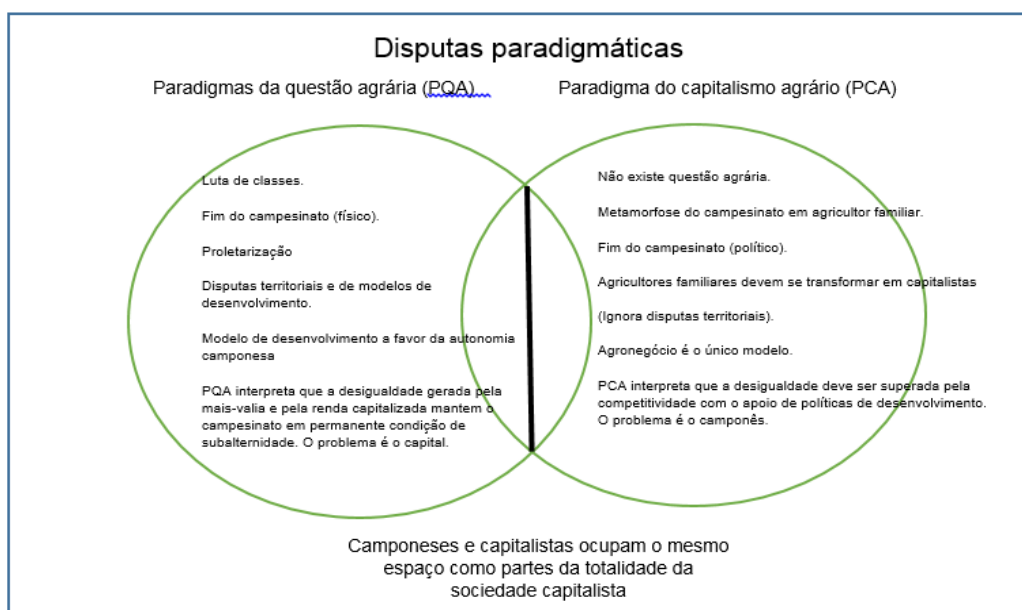
No início da pesquisa veio a curiosidade em saber o que era a feira, se era um movimento momentâneo, de apenas um dia, ou uma comemoração, e quem fazia parte. Em conversas informais com populares se pode ter noção que se tratava de uma proposta diferente da feira normalmente conhecida. Com essas informações foi possível elaborar um projeto de pesquisa, dando início a pesquisa com leituras, aprofundando o conhecimento sobre o tema. Desse aprofundamento surgiu as perguntas que foram feitas em entrevistas, resultados das principais problemáticas observadas, e da mesma forma foram escolhidos para as entrevistas sujeitos que estavam diretamente ligados a feira.

Dentre as leituras, os textos de geografia agrária tiveram uma maior abrangência pois esses textos têm se dedicado cada vez mais a temas relevantes não só na produção no campo, mas principalmente na vida do camponês e sua identidade. Na produção de alimentos que envolve a vida familiar no cotidiano do agricultor, aparecem diferentes conceitos a partir de diferentes olhares, trazendo a discussão e aprofundamento dos conceitos de camponês e de agricultor familiar. A necessária reflexão teórica de entendimento vem da diversidade de trabalhos acadêmicos sobre os conceitos que são tratados hora como iguais, hora diferentes (FERNANDES, 2002).

Essa constante discussão no seio da geografia agrária, deve-se a diferentes olhares ou perspectivas na atualidade no campo. Para Fernandes (2002) a diversidade de pensamentos que analisam o campo, pode ser organizada em: paradigma do capitalismo agrário (PCA) e o paradigma da questão agrária (PQA) que estabelecem uma conflitualidade em torno da formulação de pensamentos que disputam o Estado, as políticas públicas e impactam a realidade.

A figura a seguir mostra uma síntese dos elementos dos paradigmas. E servirá no decorrer de todo trabalho como ferramenta para o desenvolvimento da pesquisa relacionado aos objetivos e também a todo o contexto teórico, apesar da pesquisa trabalhar em foco a questão da agricultura e não ser trabalhados todos os aspectos mencionados na figura, será importante na representação da condição atual do tema.

**Figura 02 - Elementos das tendências paradigmáticas**



Fonte: A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais.  
 Autor: FERNANDES, Bernardo M.

Intrínseco ao debate dos paradigmas em uma análise histórico-crítica, encontra-se a categoria analítica do território. Considera-se esta categoria *a priori* como uma determinada área regida por relações de poder que pode ser entendido como um espaço organizado, constituído pela formação histórica crítica e suas relações entre o ser humano e o trabalho, com limites variáveis, de forma complexa, pela diversidade de ideias, pensamentos, povos e etnias que existem em um mesmo território, podendo perceber assim, as desigualdades sociais, que muitas vezes geram conflitos (GOMÉS, 1995).

Segundo Ramos Filho (2011) nas últimas décadas, o PCA se tornou hegemônico no território brasileiro, sobre as políticas públicas voltadas ao campo. As políticas influenciadas por este pensamento configuram-se com a contrarreforma agrária, desterritorializando as relações sociais do cotidiano do e no espaço geográfico, retirando o poder dos povos tradicionais do campo.

Em síntese sobre os capítulos pós introdução, aborda-se as discussões pontuais sobre a geografia e sua condição atual incluída no debate da modernidade, enquanto ciência capaz de proporcionar a compreensão da complexidade de fenômenos que adentra a contemporaneidade. Também se inclui a especificidade da Geografia agrária considerado subtema legítimo da geografia discutindo principalmente a

condição do mundo rural e suas existências e resistências, refletindo na percepção dos paradigmas à luz da categoria de análise do território, considerado aqui ferramenta teórica e também material de primeira importância no estudo Geográfico

No capítulo intitulado A DUALIDADE DOS SUBESPAÇOS: CAMPO/CIDADE, tratamos de debater algumas das questões mais pertinentes segundo a perspectiva atual da Geografia agrária, relacionado ao tema base da relação campo-cidade considerado para muitos autores a principal forma das contradições da existência e gênese dos problemas que envolve o agrário, a terra, a produção, o campo, os camponeses etc. Enfocando diferentes racionalidades advindas de um processo histórico que culminou no que chamamos de economia de mercado ou capitalismo. Considerado na atualidade o ápice do desenvolvimento capitalista e se materializa entre outras coisas enquanto “mundo global” ou “globalização”.

Na parte dedicada aos resultados e conseqüentemente a discussão propriamente dita da pesquisa, tratar-se-á do planejamento e existência da feira da agricultura familiar do município de Pirpirituba-PB, também chamada de feira do pequeno produtor. Trabalhando em uma relação da feira com a política pública local em relação a outras demandas e políticas, direcionadas a agricultura familiar como forma de poder local traduzido na criação, participação e gestão da feira.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

### 2.1 A GEOGRAFIA E SUA CONDIÇÃO NA MODERNIDADE

Diante dos papéis em que a Geografia percorreu no decorrer da história, a condição pressuposta de visão de mundo parece sempre imanente a exigir um maior aprimoramento epistemológico, a saber, da teoria do conhecimento científico. Sendo assim, a transitoriedade ao longo do século XX início do século XXI, pela ciência geográfica aponta para representações de mundos ou ainda paradigmas, que fortalecem a ideia da constante mudança em que as ciências se prontificam a discutirem criticamente, se apropriando de conceitos e realidades que emergem da própria relação homem/natureza.

Dessa própria essência as ciências sociais ou ainda sócio espaciais, no caso da Geografia que cronologicamente adentrou a década de 1970 com a chamada geografia radical, com a proposta de romper com a tradição positivista, que representa a constante mudança da ciência. “Por positivista, se entende um saber sistemático que acredita na possibilidade de afirmar preposições a partir de um certo grau de precisão e dentro dos limites de uma linguagem lógica, ou seja, de uma maneira positiva” (GOMES, 2014, p.12).

Em meio as novas formas de conceber a geografia, inicia-se contemporaneamente no mundo das ciências a ressignificação epistemológica pautada em uma possível superação da modernidade. Para Lemos (1999), a essência de modernidade traz, no bojo, a ideia de ruptura com um mundo tradicional, com outra ordem, com outra cultura, que fora sustentado na religião e seus dogmas. Um novo mundo, simbólico, produzirá essa ruptura com o triunfar da racionalidade. A modernidade vem trazendo um conjunto de fatores que são abertamente carregados da idealização de um mundo que ultrapassou ou ainda superou o antigo, o arcaico. Nessa questão não somente abre-se uma linha de raciocínio para ciência, mas também para o conhecimento popular o senso comum. Pois assim, não se trata de uma condição particular que invade determinados espaços, mais sim o mundo em sua totalidade.

A ruptura com o chamado, “moderno” requer então pensar um novo conjunto de preposições e situações. Seria assim, o início de uma pós-modernidade? Em síntese,

A reflexão entre modernidade e pós- modernidade, que penetra diferentes campos teóricos no começo da década de 80, significa que se percebem mutações com referência a um aprofundamento das incertezas, a uma barbarização da história pela exacerbação da carência e da miséria humana, a que as velhas verdades propostas pela ciência, já não mais respondem. (LEMOS, 1999, p. 27)

Seria assim, uma incerteza condicionar o conhecimento atual e racional a um mundo onde a constante metamorfose carregada de inúmeras realidades particulares e ao mesmo tempo interligadas corresponderiam a serem respondidas pela racionalidade absoluta. Nesse sentido,

É natural que, no momento em que se anuncia o esgotamento das ideias que nutriam o projeto da modernidade, a ciência seja um dos alvos privilegiados e que as condições de superação façam necessariamente menção à redefinição de seu papel, de sua importância e de seus limites. (GOMES, 2014, p.12)

É necessariamente nesse ponto da história, e em outros momentos marcados por rompimentos que particularmente as ciências sociais tem seus objetivos contestados à existência de sua legitimação, no caso da Geografia no qual seu escopo se refere a dimensão interacional e recíproca do homem e a natureza. Dessa forma, concordamos com Lemos (1999) de que todo saber é social, significando que os conceitos de historicidade e de processo, de liberdade, de autodeterminação e até de consciência que pertenciam a valores pessoais do homem, agora devem ser estendidos à realidade social, o que significa que a própria relação sujeito-objeto sofre uma mudança radical.

É exatamente nesse ponto, sobre a liberdade e a autodeterminação, consciência e valores que podemos partir para uma discussão contemporânea e estritamente geográfica sobre as condições de existência no homem no tempo e espaço historicizado, isto é o espaço geográfico (SANTOS, 2017). Enquanto espaço geográfico entende-se a relação dialética entre homem/natureza, uma construção mútua, nesse sentido essa construção é caracterizada pela diversidade sociais, culturais etc.

Um ponto real e de imediato debate na modernidade se deve ao fato de a técnica baseada na tecnologia estar cada vez mais rápido adentrando os espaços de forma a tornar ainda mais complexo uma possível análise de determinado fenômeno. Seja ele social, econômico ou cultural. Para Santos (2017) por técnica entende-se um conjunto

de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Assim a técnica será a condição existencial da diferenciação de momentos pelos quais a sociedade se desenvolve.

A técnica assim, caracterizaria o moderno e sua transição para um período denominado de pós-modernidade, isso requer trazer ao debate algumas questões características desse movimento. Na modernidade;

A razão é a fonte de toda generalização, da norma, do direito e da verdade. A ordem, o equilíbrio, a civilização, o progresso são noções saídas diretamente deste sistema moderno que se proclama como única via de acesso a um mundo verdadeiramente humano. (GOMES, 2014, p.25).

Seria assim uma condição absoluta a qual a verdade única viria por meio da emergência do mundo material, significando um conjunto de conhecimentos pautado em generalizar as condições, entre outras das sociedades.

Dessa forma, o pensamento modernista encara o domínio da natureza como uma materialização da liberdade humana. (LEMOS, 1999). É necessário perceber a noção que a natureza seria assim uma extensão da vontade humana e, portanto, da materialidade da aplicação do conhecimento. A chamada Geografia Moderna que vem desde o final do século XVIII ao final dos anos 80 é baseado na analogia ou comparação, com conteúdo descritivos, formais ou generalizantes (LEMOS, 1999). Pode-se dizer assim, que haveria uma limitação do conhecer, uma estagnação da forma de pensar a geográfico, uma forma de pensar descritiva.

Entretanto, toda forma de conhecimento e trabalhada pela geografia e seu posicionamento diante dos fenômenos do espaço Geográfico tornou-a a ciência que parece mais empenhada na discussão dos problemas sociais, em síntese sobre a modernidade e a geografia Gomes (2014, p.10) afirma que,

Assim, saber se a geografia é uma ciência consiste, em um certo sentido, em meditar sobre o caráter moderno desta disciplina. Se aceitarmos, no entanto, a ideia de que a ciência de uma época se inscreve necessariamente na representação do mundo desta época e se aceitarmos, ainda, que a geografia tem justamente como principal tarefa apresentar uma imagem renovada do mundo, parece evidente que a geografia e a modernidade estejam intimamente ligadas.

Dessa forma, a geografia estaria inquestionavelmente diante de uma realidade na qual, seu papel de responsabilidade diante das condições sócio espaciais teria fundamental relevância, aprimorando o conhecimento de determinada época histórica, na discussão dos processos, fenômenos, atores e sua relação com a natureza.

## 2.2 GEOGRAFIA AGRÁRIA E A CONDIÇÃO DO TERRITÓRIO

A geografia agrária nas últimas décadas, tem se debruçado pelo estudo de temas que estão incorporados em sua pauta que contribuem para a discussão atual da geografia em torno do espaço agrário. Significa assim, compreende-lo como forma principal de entendimento das metamorfoses que o atingem. Nesse sentido a geografia agrária se transformou em uma perspectiva chave para analisar o espaço geográfico.

Nos processos de metamorfose do espaço, a geografia renova o sentido de estudar os fenômenos que se inter-relacionam na medida que o próprio tempo histórico também se transforma. Assim, é necessário que a geografia e suas subáreas procurem constantemente se atualização dos sistemas de entendimento da diversidade e múltiplas formas do espaço geográfico. Em conseqüente a geografia agrária e seu inseparável arcabouço teórico inclina-se a sua geograficidade a tentar, entre outras coisas aprofundar a pesquisa sobre o campo das questões que envolve o agrário em seu sentido mais amplo com temas que diante do período técnico científico informacional se fragmentam abrangendo a existência humana e sua relação com o campo. Salienta-se ainda que historicamente a geografia agrária dedicou-se ao estudo da agricultura sendo cada vez mais exigido pelas condições de desenvolvemos social repensar um espaço cada vez mais complexo.

Diante da constante mudança que se dá no campo nas últimas décadas, por muito tempo a geografia agrária ficou reduzida a simplesmente ao estudo da agricultura, por conta dessa forma interpretativa, os estudos eram exclusivamente voltados a questão da produção agrícola. Essa propositiva está claramente explicitada, entretanto não se pode negar a base formadora de uma discussão que ainda hoje permeia os debates por uma geografia agrária legitimada pela apropriação de conceitos e termos que fazem parte das mais diversas escalas, entre a agricultura,

a reforma agrária, movimentos sociais camponeses, políticas públicas voltadas ao espaço agrário e etc.

A geografia agrária tem a cada dia se tornado um ramo do estudo geográfico envolvido por discussões acaloradas e temas que envolvem também a atividade agrícola. Cada vez mais complexo cheios de contradições em um processo dinâmico envolto por conceito e realidades que estão cada vez mais engendradas no processo de globalização. Para Megale, (1976, p.10) “uma verdadeira combinação ou um complexo de elementos emprestados, ligados, que a transformação de um irá afetar os outros, e o conjunto em sua estrutura e dinamismo, e até mesmo em seus aspectos exteriores”.

Consideramos o método dialético como indicado a analisar as questões que estão sendo debatidas mais à frente neste trabalho. Segundo Oliveira (2004, p.33) afirma que “a dialética como corrente na Geografia agrária tem sido marcada por princípios que sustentam essa escola de pensamento, como a condição histórica do sujeito e a da luta de classes”.

Nesse sentido, a geografia enquanto ciência, vem tendo participação efetiva nas discussões que envolvem o mundo dos problemas sociais envoltos em uma camada superficial de diversas realidades esparsas que se cruzam em determinado ponto e que muitas vezes são contraditórias como a agricultura camponesa e o agronegócio.

Para tanto torna-se fundamental trazer a luz da discussão autores já consagrados pelos seus escritos e trajetórias, diante dos embates e debates em torno dos fundamentos da epistemologia da geografia, com seu vasto arsenal de conceitos. Não se pretende aqui trazer um exaustivo elenco de preposições acerca do território nem mesmo de autores, entretanto, em face de uma continua pesquisa que prolongaremos para outros trabalhos e por vezes subsidiados por outros autores trouxemos aqui, algumas questões e achamos fundamentais a aqueles que querem adentrar em pesquisas basilares envolvendo o conceito de território.

O campo no século XXI na perspectiva do território e da geografia exerce umas das formas de entender os fenômenos existentes no espaço geográfico. Fenômenos que e em sua gênese concentraram desigualdades e contradições que se agravam cada vez mais diante o período da globalização. Dessa forma segundo Oliveira (2004) o território tornar-se desigual e contraditório afirmando cada vez mais a terra enquanto capital e unicamente enquanto local de produção.



Ainda pela sua presente importância na discussão que se segue, considera-se necessário trazer uma breve contextualização sobre o território, fomentando o debate e dando o suporte teórico necessário. Pois desde o início na tradicional Geografia política a ocupação do território tem sido vista como algo gerador de raízes e identidades. (SOUZA, 2017). Observar que o território sempre esteve associado as questões de identidade, porém, esta identidade inicialmente estava ligada ao Estado e seu poder, isso numa concepção totalitária de um Estado todo poderoso como coloca, Raffestin, (1993) o adjetivo aqui, refere-se ao sentido daquilo que abraça uma totalidade e não só no político.

Assim o território era visto como como condição do poder, condição essa materializada, entre outras coisas pelos recursos naturais, que seriam a legitimação para a expansão do Estado. Dessa forma, as relações de poder eram mediatizadas exatamente pelo uso do solo, abrindo margem para colocações sobre a materialidade do território e seu escopo material que inclui principalmente as relações do povo com o aparelho do Estado. Para Saquet, (2007, p, 65);

[...] o conceito de território não pode ser classificado como *físico* ou fenômeno *inanimado*, mas como uma área onde há um *elemento de centralidade*, que pode ser uma *autoridade exercendo soberania* sobre as pessoas ou o *uso* de um lugar. Direito, política e jurisdição são atributos específicos dos homens e estão presentes na constituição do território.

A reflexão sintetiza bem a ideia de poder diante de uma área, como uma autoridade exerce certa soberania sobre algum lugar ou pessoas, pelo direito, política e jurisdição, assim independente de sua existência social, alguém ou alguma instituição sempre será submetido a um certo jogo de poderes, donde haverá um sujeito preponderante diante de uma maioria. Assim, o território através de sua produção (controle, dominação e apropriação), se manifesta por suas diversas territorialidades, assim novas possibilidades ao tratamento do conceito que melhor explica as relações assimétricas (ou dissimétricas) de poder (FUINI, 2015). O autor em outro texto, afirma que,

A retomada do conceito se dá mais pela ampliação de seu escopo, ou unidade de significado que passa a explicar mais objetos, processos e eventos, do que meramente uma popularização em termos quantitativos (n. de trabalhos e aparições do conceito), ainda que em termos lógicos a popularização decorra de sua maior extensão explicativa (mais processos podem ser explicados pelo viés territorialista). (FUINI, 2017, p. 226)

Assim, há uma ampliação da discussão em decorrência da extensão que o conceito retoma, a por assim dizer uma popularização do termo ampliando trabalhos e pesquisas que envolvem o território. Os processos sociais e naturais, e mesmo nosso pensamento, efetivam-se na e com a territorialidade cotidiana. É neste nível que se dá o acontecer da vida e é nesta que se concretiza territorialidade. (SAQUET, 2007, p. 58). Nesse sentido o cotidiano traz infinitas territorialidades por inúmeros processos sociais e naturais que circundam o mundo dos fenômenos atraídos também por uma diversidade de instituições e coletividades.

Com a profunda discussão das ciências neste caso a ciência geográfica, novos olhares vão surgindo outros evoluindo, novos conceitos vão sendo criados outros renovados, o que decorre muitas pesquisa e evolução da ciência que acompanha conjuntamente a metamorfose do espaço, diante desse contexto, desenvolve-se a noção de território imaterial como o resultado de um debate contemporâneo sobre o território, libertando-o da concretude exacerbada que foi dada durante o período da geografia clássica. Ofertando uma possibilidade imaginaria que envolve questões subjetivas, como a linguagem e as artes. O Território imaterial,

[...] está presente em todas as ordens de territórios. O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. O processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas. (SAQUET; SPOSITO 2009, p. 210).

Tomaremos como base referencial a citação de Saquet, compreendendo que existem processos históricos que estão envolvidos na produção do território. Como bem coloca o autor:

O processo de produção do território é constituído pelo movimento histórico e por simultaneidades. Há um movimento constante que se materializa na vida cotidiana e no território, centrado na intersecção entre os tempos histórico e coexistente (multiescalar). No território há uma conjugação entre aspectos da economia, da política, da cultura e da natureza exterior ao homem (SAQUET, 2007, p. 55)

Considera-se que o processo de produção do território é dinâmico e dialético, processo este que envolve diversas escalas e aspectos. Essa concepção foi desenvolvida juntamente com a expansão dos discursos que envolvem o território. É a partir dos anos 1960-70, com a utilização, sobretudo, de princípios do materialismo histórico e dialético, que se dará a revisão e a intensificação da utilização dos conceitos de território e territorialidade. (SAQUET, 2007, p.62). Outro momento de expansão bastante considerável dos estudos territoriais foi nos anos 1990, tanto quantitativo como qualitativamente, neste caso mais precisamente no Brasil (SAQUET, 2007).

Ainda como condição inerente ao conceito de território foi desenvolvido a noção de territorialidade, como forma pela qual o homem se apropria do espaço e como lhe confere uso, por sujeitos, grupos sociais e coletividades. Segundo Fuini (2015), a territorialidade se refere a uma noção histórica, refere-se ao espaço vivido territorial pelos membros de uma coletividade em suas várias dimensões, tanto em termos de relações existenciais quanto produtivistas, se pauta em um conjunto de relações que se originam num sistema sociedade-espaço-tempo adequado aos recursos do sistema.

Assim como a questão da territorialidade, existem outros, discutidos como forma de compreender as diferentes territorialidades. Para Saquet (2007, p, 69) “O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos sócio-espaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades”. Podemos perceber que existem uma diversidade de conceitos que permeia a discussão do campo geográfico que enfatiza diversos aspectos, que estão entre outras coisas, sendo empregados com sentidos distintos em diferentes contextualizações.

Assim, Souza (2017), afirma que, os Territórios são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas. Dentro de escalas temporais existem uma diversidade, como: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. O conceito de território para a geografia é fundamental pois traz diversas determinações à pesquisa e ao desenvolvimento da ciência geográfica.

É também por importância em que acontecem diversas rivalidades teóricas digamos assim. Para, Saquet; Sposito, (2009), O conceito de *território*, que muitos preferem qualificar de categoria, tem rivalizado com o de *espaço*, no que se refere às

escolhas teóricas dos geógrafos, quando se trata de escolher a ferramenta intelectual principal, para entender o mundo em que vivemos. Neste sentido,

Uma questão fundamental, nesta reflexão, é reconhecer as interfaces e as interligações existentes entre as diferentes dimensões do território. O processo de apropriação do território é econômico, político e cultural, no qual, a natureza exterior ao homem está presente e é influente, como já afirmamos. O território é resultado e condição desta articulação e unidade. (SAQUET, 2007 p.69).

Podemos analisar a partir da citação anterior que o território pode ter várias dimensões ou perspectivas de visão distintas. Nesta questão recai um peso de interpretação relacionado com as diversas desinências que existem para o território, entendendo que para cada fenômeno pode-se usar uma visão distinta rodeada por um contexto histórico e com autores que já se localizam diante de certos debates, tanto teóricos quanto empíricos, fomentando ainda mais o debate e a produção de conhecimento baseada em renovações por entre o mundo geográfico.

O território aparece como um dos conceitos fundamentais da ciência geográfica no desenrolar histórico de seu conhecimento e, no período atual, encontra-se cada vez mais presente em trabalhos acadêmicos explicando, de diferentes formas, a maneira como a sociedade se apropria e produz o espaço, por meio de determinantes multidimensionais e multiescalares. (FUINI, 2017, p.224).

Abrevia-se que, o território sempre suscitou referências indenitárias, sociais, políticas, jurídicas e econômicas, acalorando debates sobre nacionalidades regiões e lugares, que circundados por fronteiras políticas, individualizam-se jurídica e politicamente (CATAIA, 2011, p. 116). Os diversos olhares trabalhados na Geografia ainda se multiplicam pelas linhas ou subáreas em a Ciência vem passando desde de sua institucionalização, para além de um discurso da fragmentação da ciência geográfica, existem categorias que são mais trabalhadas em certas áreas como o território que sido abordado na perspectiva da geografia agrária.

Assim, é possível compreender como o território pode ser relacionado com as temáticas do espaço agrário neste caso o debate em torno da agricultura familiar, pois agricultura carrega consigo toda uma materialidade que representa toda construção e resistência do agricultor familiar, com suas técnicas tradicionais e a própria permanência no campo.

### 3 A DUALIDADE DOS SUBESPAÇOS: CAMPO/CIDADE

As condições e relações existentes entre os subespaços como por exemplo o campo e a cidade têm ao longo do tempo se caracterizado simplesmente por suas funcionalidades pragmáticas referentes ao desenvolvimento da sociedade. Além de um certo tipo de hierarquia, pois o que se pode observar no censo comum é que o Campo/Rural é visto como lugar de atraso, lugar de desinformação e também unicamente de produção de alimentos, enquanto a Cidade/Urbano é visto como moderno, superior. Saliendo o Campo/Cidade enquanto forma e o Rural/Urbano enquanto conteúdo.

De forma simplória o campo estaria assim ligado a produção de alimentos e a cidade ao comércio, troca, venda etc. Essa simplificação de não exclui necessariamente a complexidade do fenômeno, mas sim, o diferencia das condições atuais de compreensão desses espaços que passaram por profundas transformações a partir da segunda metade do século XX, que resultaram em novas dinâmicas (econômicas, sociais, culturais e políticas). (HESPANHOL, 2013).

Essas novas dinâmicas em exemplificação sobre o espaço agrário, segundo Oliveira & Marques (2004) fazem parte da dialética da união, quer seja no processo produtivo, no processo de luta por melhores salários, por melhores preços para os produtos agrícolas, e particularmente pela reforma agrária. É também pois contraditoriamente nas cidades que os camponeses estão ganhando a luta pela reforma agrária. Assim, as problemáticas e as dinâmicas que outrora pertenciam unicamente a um determinado contexto, agora envolve a complexidade da inter-relação dialética, ou seja, dos fluxos compartilhados enquanto totalidade.

Para Santos (2017) nessa relação campo-cidade, existe uma atração entre subespaços com funcionalidades diferentes que atende à própria produção, já que a cidade, sobretudo nas áreas mais fortemente tocadas pela modernidade, é o lugar da regulação do trabalho agrícola. Assim, trata-se de entender essas novas formas de solidariedade entre os lugares. Essa noção traz a afirmação da perspectiva da funcionalidade e também da solidariedade enquanto forma de entender os diferentes espaços, superando assim a dicotomia e inferiorização de determinado espaço. Neste caso o espaço rural em detrimento do espaço urbano.

Nesse sentido “para se compreender o rural e o urbano no contexto contemporâneo é necessário, antes de mais nada, vinculá-lo ao seu par dialético, ou

seja, o campo e a cidade”. (HESPANHOL, 2013, p.104). Nesse sentido o par não significa a condição de separação mais sim a (in) dissociabilidade o que os torna ao mesmo tempo uma unidade onde a diferença entre os setores da atividade econômica (a agricultura, a pecuária e outros, em um, e a indústria, o comércio etc., em outro), (OLIVEIRA; MARQUES, p. 2004). Revela-se assim a complexidade existente no período histórico atual. Fruto segundo Hespanhol (2013), dos avanços da ciência, da técnica e da informação que se disseminaram de forma desigual no espaço geográfico, seletivamente, tornando a dinâmica sócio espacial mais complexa, dificultando a distinção entre o rural e o urbano.

Nota-se que a complexidade do tema não passa só pela dificuldade de distinção entre campo e cidade, mas de forma dialética, a desigualdade que estritamente em um período dito globalizado se espalha pelos espaços tornando-os contraditórios. Oliveira & Marques (2004) exemplifica tomando por base a agricultura, pois o processo contraditório e desigual de desenvolvimento da agricultura, sobretudo via sua industrialização, tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética. Afirma-se dessa forma que, ao mesmo tempo que as técnicas baseadas na tecnologia adentram os espaços diferencialmente, elas proporcionam o desenvolvimento concentrado nas instituições que detém o poder baseado no capital.

Pode-se verificar que a industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com trabalhadores das cidades. Aí reside um ponto importante nas contradições do desenvolvimento do capitalismo, tudo indicando que ele mesmo está fundindo a união contraditória que separou no início de sua expansão: a agricultura e a indústria; a cidade e o campo. (OLIVEIRA; MARQUES, 2004). Essa separação empírica que também se torna conceitual ainda está fortemente presente quando se trata das questões que envolvem tema. O Campo hoje representa o lugar das grandes infraestruturas, pois existe uma facilidade maior para se trabalhar nesses espaços. Ainda segundo o autor,

A cidade, hoje, revela essas contradições. Ela é, pois, palco e lugar dessas lutas rurais/urbanas e/ou urbanas/rurais. O que significa dizer que a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão de grande parte das cidades passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo. (OLIVEIRA; MARQUES, 2004, p.64)

Afirma-se com isso que, a cidade enquanto símbolo de desenvolvimento, de modernidade, de evolução, de superioridade passa pela mesma discussão e compreensão da importância fundamental do campo na sustentação do aparato social urbano. Hespanhol (2013) afirma que ao mesmo tempo em que não é possível desconsiderar as intensas transformações ocorridas nas relações entre o campo e a cidade derivadas dos processos de globalização, industrialização, urbanização e, mais recentemente, da reestruturação produtiva, não é adequado adotar uma visão homogeneizadora, sob o risco de não se entender a realidade nas suas múltiplas dimensões. Ainda segundo Hespanhol (2013). Deve-se considerar a pluralidade existencial tanto do campo quanto da cidade e sua relação contraditória de existência. Ressaltando também que essas transformações são distintas no tempo e no espaço.

Nesse sentido, abrindo a discussão e adentrando ao espaço brasileiro, que teve condição singular diante da modernização e da industrialização que aconteceu forma muito rápida e tardia. Para Hespanhol (2013) de uma sociedade essencialmente rural nos anos 1950, o Brasil teve seu perfil demográfico invertido e, na atualidade, ela é, segundo os critérios normativos utilizados pelo IBGE, predominantemente urbana.

### 3.1 AGRICULTURA CAMPONESA E/OU FAMILIAR

Com o debate em torno da dialética entre campo/cidade ou rural/urbano e suas condições de existência e coexistência, torna-se necessário a existência de argumentações que envolvem os atores desses espaços uma vez que o espaço geográfico é composto por relações e essas relações podem ser conceituadas pela forma que o indivíduo se relaciona com espaço, por meio das técnicas, costumes e toda sua cultura, muitas vezes subestimada. Desse debate, aflora a conceituação das populações que vivem do/no campo, abrangendo a diversidade e pluralidade, disperso por todo território nacional.

Sendo assim, é compreensível que existem diversas formas de observar a realidade, uma delas é encontrada no senso comum formada pela diversidade do pensamento popular e por uma posição (a)sistêmica vinda da subjetividade, da amplitude, da história, da experiência popular, e também da cultura. De forma concreta é um conhecimento buscado na inerência do ser humano, sem cientificidade. Apesar disso, essa forma de conceber o mundo não pode, nem deve ter sua importância reduzida, quando comparada a outras formas do saber, esse ponto nos traz para além

do debate da diferenciação, e torna-se inseparável para a importância da relação com o conhecimento científico, deleitado por regras, sistemas e metodologias, assim moldada pelo rigor.

Dessa forma, é notória que a base da curiosidade científica tem seus pilares no conhecimento popular, é daí que surgem muitas das indagações que provocam as mentes detalhistas da humanidade em sua complexidade de fatores e diversidade de fenômenos. Ainda se salienta que quando transferimos a discussão para uma determinada área do conhecimento, neste caso, dos estudos sócio espaciais, nos deparamos com a inevitável condição de investigação que tende a buscar os fatos em sua gênese diante da proposta histórica, pois aí encontra-se a condição de existência das ciências sociais.

Nesse sentido, o Camponês ou ainda o modo vida camponês tem se destacado como temática de trabalhos, encontros e discussões. Esse afloramento temático recente encontra-se já sublinhado por pesquisadores em diversas áreas, mas principalmente a sociologia, antropologia e mais recentemente a geografia. O senso comum atribui ao campo a denominação de rural uma vez que juntamente com esta designação vem à tona a superficialidade legando ao termo rural o espaço de produção de alimentos, e dessa forma um empobrecimento, proporcionando assim mais um nicho de debates.

A partir dos trabalhos pesquisados e destacando o Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira e o Prof. Bernardo Mançano Fernandes como referências, ficou claro a recente discussão das últimas décadas sobre os conceitos e as condições empíricas de se chegar a um entendimento comum do que vem a ser a condição camponesa ou o modo de vida camponês e inarredavelmente a ligação com o termo a *priori* de agricultura familiar. Isso pode ser considerado inicialmente pelo fato da interdisciplinaridade que envolve a problemática. É evidente que a discussão e por demais complexa em seu espaço/tempo, entretanto é necessário um esforço particular e ao mesmo momento coletivo desse entendimento. Assim, pode-se dizer que ao tentar contribuir com a superação da condição tautológica, que se encontra com primazia o campo enquanto subespaço-geográfico. Está reforçando a importância do tema no âmbito geográfico, atualizando ferramentas teóricas de acordo com a condição da pesquisa dando sustentação para um sólido debate.

Tentar-se-á abarcar pontos essenciais trazidos por autores e documentos que abrem mão da significância teórica e empírica. É necessário entender que “os



conceitos não são estáticos, como já foi dito, eles refletem o pensamento sobre o objeto e, justamente por conta disso, são dinâmicos”. (ALMEIDA 2006. P,38) e também variáveis diante da história e dos distintos momentos que a compõem, por tanto neste caso é fundamental separar fatos que se fizeram importantes para chegar no dialogo atual, com os fatos e atores envolvidos neste caso delimitado pelo espaço brasileiro.

Assim, deve-se considerar em primeiro ponto que foram necessários três séculos de ásperas e continuas lutas, sangrentas muitas delas, sustentadas pelas populações pobres do campo contra os poderosos senhores de terras, para que por fim, a despeito de tantos insucessos, despontassem na vida brasileira os embriões da classe camponesa (WELCH, 2009). Amparados por um poder mercantil, exploração e expropriação a “colonização” abriu as condições iniciais que mais tarde se tornariam formalmente a luta pela terra.

Foi nessas condições que o latifúndio colonial e seu semelhante sistema escravista de plantação, impediram que as massas humanas oprimidas, que vegetavam ou se agregavam aos engenhos e fazendas tivessem acesso à terra e nela fixassem em caráter permanente suas pequenas e medias explorações. (WELCH, 2009). Dessa forma, podemos considerar que a efetivação da luta camponesa na luta por terra foi consolidada de forma lenta e ainda assim quando existiu a possibilidade de uma forma de vida camponesa isso aconteceria de forma de concessão de pequenos tratos de terra necessária ao seu sustento, era com a finalidade de mantê-los subjugados, como mão-de-obra de reserva, dentro ou às proximidades dos latifúndios.

Assim, Toda a trajetória já mencionada reflete uma disparidade histórica ao desenvolvimento do campo e sua população, essa condição está contida nas principais reivindicações dos dias atuais a que se referem a mais direitos e participação dos povos que vivem do/no campo. Advindo de todo esse processo os movimentos sociais ligados ao campo lutam durante décadas para uma maior participação e visibilidade diante do Estado e seu reconhecimento para serem ouvidos e também reconhecidos como sujeitos ativos que possam desenvolver seu trabalho com o apoio também de condições jurídicas. Nesse sentido diante dos aprimoramentos, debates e trabalhos desenvolvidos pela constante representação dos movimentos sociais e por acadêmicos.

É criado em 24 de julho de 2006 a Lei Nº 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Expõe em seu Artigo 3º que “Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos”:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
  - II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
  - III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
  - V - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- (BRASIL, 2006)

A lei ainda define em seu parágrafo segundo que também são beneficiários desta Lei:

- I - Silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
  - II - Aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
  - III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;
  - IV - Pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.
  - V - Povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º
  - VI - Integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º
- (BRASIL, 2006)

Pode-se considerar que a lei vem a preencher de forma positiva de resultados esperados pelos movimentos que lutam por reconhecimentos, apesar desse saldo positivo sobre a lei de trazer certa visibilidade. Para alguns autores pertencentes a esfera mais crítica da geografia agrária, que observam esse cenário a partir da

perspectiva materialista histórico e dialética e consideram o território como unidade dialética.

Portanto essas relações que existem no espaço, emergem fundamentadas em uma forma dialética de pensar. Assim, pensar a condição do campo é entre outros um resultado da produção contraditória do território. Reafirmamos assim com as palavras de Oliveira (2004) a questão do processo contraditório da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Isso significa que a produção do território é resultado contraditório de constituição do capital e sua reprodução ampliada”. Fortemente apoiado por um mundo com seus espaços da “globalização” que tem intensificado as metamorfoses do espaço sócio espacial.

Assim é possível discutir a questão da lei em várias nuances, entretanto a questão pertinente a que nos favorece nesta pesquisa recai sobre um dos pontos diferenciais dos paradigmas que atenta sobre o conceito de agricultura familiar, enfatizando a generalização do conceito e ao mesmo tempo a diminuição de um debate tão importante. Dessa forma Ghizelini; Araguão (2019, p.5) afirma que,

Nesta perspectiva de ruptura, a agricultura familiar passa a ser um sujeito passivo, sem história, sem projetos coletivos para sua realização enquanto sociedade, dependente das ações de políticas públicas, que o criou e deu forma. E o campesinato, que mais uma vez é colocado num cenário em que a existência, permanência e sua reprodução social não é uma possibilidade; é, antes, um resquício do atraso, um incômodo para o desenvolvimento pleno da agricultura familiar.

Entra em cena a complexidade da questão abordada, mesmo sendo o reconhecimento de um grupo como a agricultura de base familiar, mas ao mesmo tempo que essa nomenclatura é utilizada para a aplicação de políticas direcionadas ao campo, mas também traz a negação do processo histórico de luta e conquistas a passos curtos, tornando a agricultura familiar uma condição moderna, e a condição de campesinato estaria fadado ao desaparecimento.

### 3. 2 O CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As discussões e debates mais firmados em construir uma condição para o entendimento das políticas públicas vem se afirmar nas últimas décadas por algumas condições que serão debatidas mais à frente. Em todo caso é preciso salientar que

existem diversas formas de observar, pensar e analisar, ainda mais que existe uma influência inerente as condições sociais de países com diferentes realidades. Assim é formado um contexto complexo de estudo e ao mesmo tempo aparentemente simplória diante do senso comum, aliás é a partir do conhecimento popular que surgem os principais questionamentos que são a base para a condição de reflexão e criação de políticas direcionadas a população.

Algumas questões são essenciais para um estudo no mínimo coerente quando envolve o tema ou subtemas das políticas públicas, em todo caso não é o objetivo principal desse trabalho fazer uma descrição minuciosa das condições históricas, conceituais ou burocráticas, entretanto tocar-se-á nesses pontos, faz-se necessários tomarmos algumas informações como condição primeira do entendimento e na contribuição final da pesquisa. Mas afinal, o que são políticas públicas? Quais são seus elementos principais? E quais são suas condições de existência? Essas interrogações, coexistem com condições metodológicas, como forma complementar da própria relevância do trabalho.

Historicamente a subárea de políticas públicas adquiriu relevância e interesse acadêmico dentro da ciência política a partir de 1920, embasado em estudos nos Estados Unidos e na Europa. Durante todo século XX, os estudos ao interesse puramente acadêmico, mas com o passar do tempo esses estudos se avolumaram e adentraram o século XXI (SPOSITO,2017). Nesse momento os interesses de outros setores da sociedade afloram e daí surgem propriamente o interesse governamental, público, por assim dizer, o conhecimento da área também desperta a discussão para a sociedade em geral, mas ainda de forma ínfima.

A vista da discussão que se segue o tema está num involucro de questões muito atuais quando se fala de condições sociais e estatais de existência da sociedade é nessa questão observa-se também os sujeitos que estão envolvidos em todo esse processo. Assim Estevão; Ferreira (2018) a política pública não se refere apenas às questões que envolvem a sua formulação, ou seja, a partir dos desdobramentos da aplicação dos recursos, dos seus aspectos da legitimidade ou apenas como atributo do Estado. Mas deve-se conduzir os debates também para a historicidade do surgimento das ideias e dos atores envolvidos.

Dessa forma, está claro mais que um debate, entender quem está envolvido no processo e como eles estão inseridos. A forma como todo o sistema (Estado) é regida está evidentemente ligado as convicções sociais históricas de determinado período,

seja a favor ou contra determinadas demandas. Dessa forma, tomamos como conceito inicial síntese de Sposito (2017) que afirma que as políticas públicas envolvem um conjunto de decisões e ações de diversos atores para que se possa implementá-la. Geralmente envolve vários órgãos de governo e os diferentes níveis de poder.

As políticas públicas são, assim, instrumentos para efetivar os direitos do cidadão, intermediando o pacto entre o Estado e a sociedade. Não há, entretanto, certeza de que os direitos sociais sejam efetivados, pois tudo irá depender da maior ou menor representatividade que cada segmento representado possui. (ESTEVÃO FERREIRA, 2018, p172)

Sobre a representatividade, foi só a partir da década de 1980 que a análise de políticas públicas passou, a incorporar outras abordagens derivadas da contribuição dos envolvidos com a prática, com formação em diversas áreas — engenharia, sociologia, serviço social, entre outras (FARAH, 2016). E nesse caso acrescentamos também a geografia como ciência sócio espacial e responsável pela compreensão da relação homem/natureza em seu espaço/tempo. Neste caso significa enxergar que o tema se tornou complexo e rico ao ponto de não mais comportar apenas a ciência política, adentrando na rede de fenômenos que envolvem as condições contemporânea da sociedade.

Essa condição é firmada conforme uma sociedade se democratiza e adquire direitos de cidadania, assim surgem novas demandas tencionando o aparato estatal a dar as respostas adequadas. As demandas são reivindicações de bens serviços como segurança pública, estradas, creches, previdência social, combate a violência etc. (SPOSITO,2017). É imperativo afirmar que nem sempre as sociedades passam por um processo democrático, de cidadania e de firmação de direitos o que inviabiliza toda discussão pragmática de uma política pública efetiva, enquanto exercício democrático. Entre outras questões também é necessário citar a influência do dos sistemas econômicos que influenciam diretamente ou indiretamente as decisões governamentais.

Nesse contexto deve existir uma demanda, essas demandas necessitam de indicadores que são insumos básicos e indispensáveis em todas as fases do processo. Diagnóstico: formulação; implementação; avaliação. Com bons indicadores à disposição, o próximo passo do gestor é o planejamento da política. (SPOSITO,2017.) O autor destaca que são duas as formas de planejar uma política pública A primeira é o planejamento tradicional ou tecnocrático. Nesse caso o gestor,

a partir do entendimento de que o conhecimento técnico é suficiente para definir a atuação, define com um grupo de especialistas a melhor forma de condução das políticas (SPOSITO, 2017).

Com um breve contexto sobre políticas públicas, pode-se delimitar como se processa a existência dessas políticas no campo brasileiro em particular para a agricultura. Para Ferreira (2001) é a partir de 1990 que houve de fato, o crescimento das pesquisas envolvendo a agricultura na perspectiva da geografia em diferentes temas, como; a luta pela terra, a ocupação da fronteira agrícola, os assentamentos rurais; a produção familiar, as consequências da modernização no meio ambiente etc. Esse aumento deveu-se muito aos movimentos sociais camponeses como: Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) entre outros.

Com esses movimentos o debate às políticas públicas voltadas a agricultura aumentou consideravelmente. Dessa forma, podemos afirmar que a temática foi legitimada não só pelo próprio movimento, mas também pelos diversos temas que surgiram juntamente com o aumento das pesquisas sobre a área. A partir daí o campesinato, como sujeito social, fica conhecido sob o nome de agricultura familiar (FERNANDES, 2002). A questão principal que se coloca a respeito dessas políticas, se insere no debate dos modelos de produção, configurados pelos paradigmas mencionados anteriormente, trabalhado a princípio como: agricultura camponesa e agricultura patronal.

Com isso, é possível também exclamar que existe um fascínio que propaga em grande parte a importância grandes exportações nacionais de uma agricultura com enormes campos verdes e grandes máquinas da malta alta tecnologia e também consequentemente de mais alto valor, que representaria assim a face da agricultura moderna, representada por empresas de outros países com grandes capitais que ainda se utilizam de benefícios fiscais além de outros, e o mais gritante fica representado pela imensa quantidade de terras aproveitadas para o plantio de grãos.

Haveria assim um conjunto de fatores que fornecem as problemáticas relacionadas com os tipos de agriculturas e as políticas públicas direcionadas a elas. No caso da agricultura familiar, as políticas são trazidas muito recentes ao debate acadêmico e sua inclinação a um debate social é ainda mais atual, o que reitera a importância do debate no bojo da ciência geográfica.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 PLANEJAMENTO RURAL E A QUESTÃO DA AGRICULTURA

Nas últimas décadas o planejamento rural tornou-se ferramenta de compreensão, como melhor podemos organizar e gerir os espaços, contemplando a participação coletiva e crítica de todos que envolvem determinado território. Tomando todas contradições como barreiras, mas também, resistências de um desenvolvimento voltado para além do capital, voltado a um pensamento múltiplo, diverso, amplo.

Dessa forma, a tentativa de debater sobre o planejamento refere-se a perspectiva de contribuir no debate sobre o planejar, atribuindo um caráter interdisciplinar que envolva não só a geografia mais outras áreas do conhecimento, que formará uma base conceitual própria ao entendimento da presente pesquisa. É fundamental sublinhar que esta tentativa não tem como objetivo um absolutismo teórico nem tão pouco pragmático, mas requer uma crítica de forma aprofundada nas discussões mais emergentes da citada temática.

Está se tornando comum, mesmo de que forma simplória encontrar a palavra planejamento atrelada de forma inseparável ao mundo administrativo, empresarial, industrial etc. Vê-se uma noção muitas vezes ligadas a otimização do tempo e consequentemente uma maior rentabilidade. Nesse sentido considera-se necessário buscar entre esses mesmos trabalhos, considerações que podem ser usados para delimitar ou mesmo tentar examinar a questão do planejamento fora da bolha das empresas e de um sistema profundamente quantitativa.

De qualquer forma, independente do protagonismo que o planejamento tenha se utilizado em empresas no mundo empresarial. Mas o que é planejar? É possível encontrar uma espécie de generalização nas condições da sociedade atual e na diferenciação de áreas e diferentes fatores, que consiga explicar e ao mesmo tempo ajudar em um determinado caso, usando termo como: Planejamento estratégico, planejamento empresarial, planejamento organizacional entre outros termos. Pode-se considerar que planejar é parte inerente do ser humano, é inseparável e conduziu a raça humana ao desenvolvimento das primeiras formas de grupos em sociedade, os embriões da sociedade moderna. (SPOSITO, 2017).

Um ponto fundamental e quase não discutido é o fato de existir uma base comum de entendimento sobre o planejamento o que acontece na realidade que cada área

ou determinado setor conduz um planejamento de forma única, sendo inviável a expressão de pesquisa para outras áreas do conhecimento afinal quando se trata de planejamento empresarial existe uma hierarquia, assim existem diferentes tipos de planejamento.

Neste caso, considerando o planejamento rural, voltado a agricultura, é importante ressaltar que a importância do planejamento e gestão rural disseminada não acompanha as condições gerais da agricultura mais sim da indústria no campo sendo assim do agronegócio, os manuais e escritos mais otimistas enquadram a pequena propriedade e grande propriedade (latifúndio) em condições iguais de existência.

A participação efetiva do campo brasileiro na produção do espaço geográfico por meio de pequenos e grandes produtores. Entretanto, os princípios e as consequências em relacionamento com espaço enquanto território são antagônicos e contraditórios, no caso dos pequenos produtores como agricultura camponesa e dos grandes produtores como agricultura patronal. No caso dos movimentos sociais do campo enquanto agricultores camponeses, por exemplo o MST, a luta por terra retoma um problema histórico não resolvido pelo estado brasileiro com consequências que até os dias atuais tomam conta dos discursos envolvidos sobre os territórios de reprodução da vida e da reprodução da mais valia. Atores, sujeitos e acadêmicos formulam questões das mais variadas vertentes que envolvem o espaço camponês, seja em torno da conquista por participação política até a uma inferiorização ao rural e exaltação ao urbano.

A condição da vida moderna exige cada vez mais dos seus participantes a procura pela aceleração das atividades diárias provocando assim o que Milton Santos (2017) chamou de uma Racionalidade voltada a “Globalização”. E que se estende a todas as atividades seja no Campo ou na Cidade. Com o avanço tecnológico e as condições em que se encontram a humanidade. Essa condição se ampliou com o desenvolvimento no século XX da chamada globalização um fenômeno que representa a diminuição das distancias, expansão da tecnologia e fluidez do comércio segundo a conceituação do geógrafo Milton Santos esse fenômeno está inserido no período técnico-científico informacional.



## 4.2 A FEIRA DE PEQUENOS PRODUTORES

A metodologia da pesquisa de campo abordou não só observação, mais também a atividade de entrevistas, esses procedimentos foram realizados com todos os envolvidos no processo de criação da feira, aprimoramento e manutenção, para tanto, entrevistou-se os representantes do poder público municipal da secretaria de agricultura, também foi feita com o representante do poder público estadual na pessoa do técnico da EMPAER (Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária) além do representante da associação rural e também as 5 famílias que comercializam atualmente seus produtos na feira, nesse sentido é preciso salientar que existem o total de 13 barracas destinadas a feira, no entanto no início da pesquisa 11 famílias ocupavam o espaço correspondentes as barracas, e durante a pandemia apenas 5 famílias ocupavam o espaço de comercio.

Ainda sobre as condições de execução da pesquisa de campo, uma das dificuldades encontradas mediante a execução dos trabalhos durante a pandemia do Covid-19, foi a dispersão dos produtores na comercialização dos produtos na feira, o que resultou em uma queda percentual de 50% das entrevistas realizadas. Os produtores aos poucos foram deixando de trazer seus produtos para o comercio, entretanto não se pode afirmar que essa dispersão se deve unicamente a pandemia, levando em conta as dificuldades encontradas no transporte e comercio, e também nos períodos com menos ofertas de produtos

Segundo o secretário de agricultura do município em entrevista como é mostrado a seguir, o objetivo desse movimento é abrir um espaço público e organizado, onde os pequenos produtores familiares pudessem comercializar seus produtos, com o reconhecimento da identidade da produção local do campo, com o apoio do desenvolvimento técnico, e o fortalecimento do trabalho familiar.

Os pontos levantados durante a entrevista retomam a base da discussão entre a agricultura camponesa e a agricultura patronal, e reforçam a problemática apresentada durante os capítulos anteriores.

A feira da agricultura familiar <sup>1</sup> como é chamada pelos representantes locais foi sugerida pelo técnico da EMPAER e dialogando com a secretaria da agricultura. Ainda

---

<sup>1</sup> As nomenclaturas utilizadas durante todo o texto são reflexos e resultados da própria pesquisa e dos diversos atores que compõe a mesma, sendo assim a utilização de termos como: agricultura familiar, pequeno produtor, agricultura camponesa etc. Não podem ser consideradas sinônimos, entretanto

segundo a secretaria a ideia da feira mesmo surgiu em algumas reuniões do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, que tem função de integração as ações de assistência técnica, treinamento e infra-estrutura, de forma descentralizada, dada a respectiva importância para o setor rural, demonstrada ao longo dos anos. (FERREIRA, 2002).

Segundo o secretário de agricultura do município o pensamento sobre a feira iniciou e quando o representante, o técnico da EMATER (EMPAER) veio da Serra da raiz, e ele sempre conversava comigo sobre essa ideia de criar, ele tinha a ideia de fazer um dia em comemoração à agricultura familiar, que foi chamada de semana da agricultura familiar, dessa comemoração foi criado a semana da agricultura familiar o que motivou posteriormente a feira. (Representante da Secretaria de Agricultura, 2020)

**Figura 03 – Palestra de abertura da 3º Semana da Agricultura Familiar<sup>2</sup>**



**Fonte:** Trabalho de campo (2019)  
**Autor:** SIMÕES FILHO, Aníbal.

Segundo o técnico da EMATER em entrevista (Figura 04), a feira foi fundada em 2017, surgindo de conversas, foi levado a discussão para o conselho o (conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável) porque como lá no conselho tem

---

<sup>2</sup> : A semana da agricultura familiar no Município de Pírpituba/PB, iniciou-se no ano de 2017 pela S. M de Agricultura com o apoio de entidades como: EMATER, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

representante de todas as comunidades e representações rurais da câmara da prefeitura, do sindicato, e da própria EMATER então a gente levou essa discussão pra lá e a partir daí a gente viu que realmente surgiu o interesse de algumas comunidades como: Várzea Comprida, Serra da Jurema e Tanques as três comunidades maiores as que mais produz do município foram as que mais demonstraram interesse e aí a partir daí a gente começou, a gente tem representantes dessas três comunidades e tem também Santa Laura, Castanha Velha, Pacova e Dois Irmãos. (Representante da Secretaria de Agricultura, 2020)

A proposta ainda foi levada ao líder do poder executivo na cidade e também a câmara dos vereadores da cidade, na câmara através de requerimento e levando também a proposta para o prefeito através de ofício do conselho, foi aprovado em consenso a criação da feira. (Representante da EMPAER, 2020)

É preciso destacar que já existem algumas cidades que desenvolvem ou já desenvolveram uma feira voltado à aos pequenos produtores, como o caso da cidade de Serraria–PB, trabalhado por Lima (2019). Entretanto, em entrevista o secretário da agricultura explicou que,

Na verdade, a gente não tinha visto nem um modelo, a gente sabia que funcionava, mas a gente não chegou a ir, a gente chegou até o plano de estudar Itapororoca, areia, mas pela pressa, não a gente vai, se der alguma coisa errado a gente busca para saber o que errou e saber ajeitar.

Entre considerações a serem tecidas sobre a feira enquanto resultado de um processo decisório que envolve vários atores. Está a questão do planejamento, neste caso um planejamento participativo, está forma de planejamento segundo Sposito (2017, p.340) “o planejamento participativo surge no final da década de 1980. Nesse tipo de planejamento, os vários atores envolvidos na política são chamados para decidir, junto com o poder público, as melhores soluções”. Dessa forma existe uma maior participação daqueles que convivem com determinada realidade, neste caso descentralizando o processo de decisão.

Desde o início no ano de 2017 a ideia foi repassada aos membros do Conselho de Desenvolvimento sustentável do município com a participação dos presidentes das comunidades rurais, de forma empreender um pensamento coletivo em torno da proposta que foi pensada baseada em propostas efetivadas e orientadas pelo governo do estado. A proposta foi colocada em pauta juntamente com outras demais possíveis

iniciativas. Após algum tempo de amadurecimento da ideia inicial o reflete um processo dialético e discutível de projeto com avanços e retrocessos, afirmações e correções envolvendo o próprio corpo de tomada de decisão de membros da comunidade.

Se tratando de uma feira, a localização como é mostrado a seguir é bastante importante, para que tenha viabilidade, visibilidade e também organização, essas qualidades foram observadas para a escolha do local de comercio, além de um dia de venda diferenciado da chamada feira livre, onde são expostos produtos das mais variadas localidades. A feira da agricultura familiar vem a favorecer algumas condições, que muitas vezes fica inviável para o pequeno produtor que retira todo seu sustento da sua produção. As principais diferenças da feira da agricultura familiar, estão na isenção de cobrança de impostos pelo poder público, também a doação de barracas.

O diferencial segundo a secretaria de agricultura, estaria nesses quesitos já mencionados e também na exclusividade de apenas produtores da cidade poderem comercializar seus produtos sem atravessadores e sempre enfatizando produtos da localidade e também a sazonalidade. Entretanto, durante a pesquisa de campo foi possível ver produtos sendo comercializados que não são produzidos na cidade como o abacaxi. Adentra-se nessa questão, duas problemáticas a primeira referente a períodos do ano que a oferta de produtos é muito baixa, fazendo com que o produtor tenha que comprar produtos de terceiros.

Por outra parte é possível encontrar uma lacuna existente entre os períodos mais escassos de produtos, e uma fragilidade por parte da secretaria em desenvolver meios para mitigar os períodos de baixo comercio. Sendo assim, já é um passo importante a criação de feiras da agricultura familiar. Mas também é importante a organização dos agricultores e a produção diversificada, os agricultores apesar de todo o trabalho e organização que vem proveniente não só do movimento da feira, mais também das organizações locais que estão nos sítios os agricultores ainda tem muitas dificuldades com a relação da feira e o próprio cultivo, pois a falta de produto durantes o período com menos ofertas de produtos possibilita um enfraquecimento não só da visibilidade dos agricultores, mas o fato dos consumidores não terem tanta diversidade ofertada.

**Figura 04** – Vista parcial da Feira da Agricultura Familiar no Município de Pirpirituba-PB<sup>3</sup>



**Fonte:** Trabalho de campo (2020)  
**Autor:** SIMÕES FILHO, Aníbal.

Mesmo com alguns períodos com pouca oferta de produtos todos os entrevistados afirmaram conseguir tirar seu sustento da agricultura, significa dizer que mesmo de forma muitas vezes precária por parte das dificuldades encontradas durante todo o processo produtivo familiar, considera-se viável o trabalho desenvolvido pelos pequenos produtores rurais. Ainda o que fica representado é a diversidade da produção. Os dados apresentados do Quadro 1 abaixo ratificam a importância e diversidade da produção dos agricultores familiares para o município e ratifica os resultados dos dados dos últimos censos agropecuários. Para longe de um modelo agroexportador e monocultor, a agricultura baseada no modelo familiar representa a resistência do território camponês.

Com o próprio cultivo e a moradia em condições de apoio quase sempre de pouco recursos a agricultura familiar no município, a agricultura familiar se apoia no próprio conhecimento do cotidiano o que simboliza a luta diária para plantar e saber os períodos corretos para colher o produto de forma a planejar e continuar com a procura por melhores condições de vida por meio da agricultura de base familiar.

---

<sup>3</sup> A feira da agricultura familiar no município acontece todas as quintas-feiras pela manhã na Travessa Celso Cirne, Centro, Próximo aos correios.

**Quadro 01** – Dados dos agricultores entrevistados na pesquisa empírica<sup>4</sup>

Entrevistado	Localidade/Sítio	Produtos
<b>Agricultor A</b>	Serra da Jurema	Macaxeira, feijão verde, laranja, banana, batata, inhame, alface, coentro, coco, Jerimum, maracujá, acerola, manga...
<b>Agricultor B</b>	Várzea Comprida	Alface, fava, milho coentro, mamão acerola, couve...
<b>Agricultor C</b>	Tanques	Inhame, banana, tomate, milho, fava, coentro, alface, macaxeira...
<b>Agricultor D</b>	Várzea Comprida	Couve, coco verde, jerimum, banana, limão...
<b>Agricultor E</b>	Serra da Jurema	Banana, laranja, macaxeira, abacate, coco...

**Fonte:** Trabalho de campo (2020)

**Autor:** SIMÕES FILHO, Aníbal.

Durante as entrevistas com os agricultores (Figuras 06 e 07) notou-se uma certa fragilidade em alguns pontos, como a indagação relacionada as políticas públicas, as condições hídricas e a permanência dos filhos no campo. Sobre políticas públicas para os agricultores familiares, foi possível perceber dificuldades ao tentar mencionar algum benefício relacionado a essa questão, até mesmo sobre a própria feira,

<sup>4</sup> Um ponto bastante relevante sobre a comercialização dos produtos se refere aos preços praticados pelos produtores locais, sendo menores que os preços dos produtos da feira livre.

entretanto o PRONAF foi o único a ser mencionado. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Tem como objetivo geral do programa propiciar condições para aumentar a capacidade produtiva, a geração de emprego e de renda, de tal forma a melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares (MATTEI ,2001). Entretanto, a questão se mostra bastante problemática quando se observa que a maioria dos filhos dos agricultores entrevistados não pretendem continuar no campo.

Sobre essa questão as afirmações dos agricultores foram relacionadas sobre a burocracia do processo de aquisição do programa e também da falta de autonomia dos produtores diante dele. Mesmo com algumas dificuldades, segundo Mattei (2001) o PRONAF está conformando um novo campo de coalisão de atores, públicos e privados, tendo por objetivo o tratamento ideal às necessidades da agricultura familiar. Sobre a questão da autonomia, é preciso reconhecer com todos os avanços nas discussões sobre a agricultura que ainda com todas as dificuldades impostas pelo sistema capitalista, alguns exemplos como este próprio demonstra representa uma afirmação positiva, sobre a atuação e gestão dos agricultores para com a feira. Para Almeida (2019, p.03),

Em seus diferentes aspectos, a autonomia é objeto de reivindicações, de proposições ou de aspirações que contrariam uma determinada organização do trabalho; subvertem uma racionalização que concentra o poder de decisão, que restringe a democracia, negando a cidadania; opõem-se a um processo de modernização que induz a um crescimento que destrói os equilíbrios naturais fundamentais, aumenta as desigualdades e impõe uma corrida acelerada e esgotante em direção às mudanças.

Em relação com a própria feira em torno de seu projeto, aplicação e manutenção percebe-se que a autonomia em discutir e fazer determinadas escolhas está focada na descentralização do poder. Segundo afirmado pelo secretário da agricultura, existiu desde o começo uma iniciativa para que os próprios comerciantes pudessem fazer suas escolhas, e gerir a feira, discutindo entre eles mesmos as melhorias e dificuldades encontradas. Entretanto cabe salientar que a secretaria continua com seu apoio promovendo conversas e orientações.

**Figura 05 e 06** – Entrevista com os Agricultores que participam da feira



**Fonte:** Trabalho de campo (2020)  
**Autor:** SIMÕES FILHO, Aníbal.

Quando perguntados sobre a possibilidade dos filhos em continuar no campo e desenvolver a agricultura, apenas um dos entrevistados (Agricultor B) afirmou que o filho já atuava ajudando a família e pretendia continuar trabalhando no sítio. Os restantes dos entrevistados comentaram que os filhos estudavam e, portanto, não tinham tempo de se dedicar e ajudar na lavoura, e não pretendiam continuar com agricultura. Os perfis dos agricultores entrevistados são de maioria idosos com mais de 60 anos, entretanto a pesquisa não pode afirmar se esses agricultores são aposentados, também existem agricultores jovens em menor quantidade.

Ainda a partir das afirmações levantadas algumas questões são importantes ao se relacionarem as dificuldades encontradas no campo como a própria condição hídrica, fator principal citado como maior dificuldade encontrada atualmente, nesse sentido a secretaria de agricultura afirmou que são desenvolvidas formas de facilitar o trabalho no campo, como a construção de barreiros e melhoria das estradas de barro, que no período chuvoso dificulta a mobilidade e transporte nos agricultores e dos produtos.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em breve consideração afirma-se que a pesquisa em todo seu contexto histórico e também teórico reflete a condição de vida no campo e a própria existência camponesa, neste caso as populações que tiram seu sustento da terra enquanto forma principal de relação com o meio rural. Assim, considerando o território como base material e também imaterial, entende-se como o desenvolvimento da feira possibilita uma perspectiva a mais na luta pela terra, mesmo não havendo participação de movimentos sociais, mas considera-se a resistência e persistência em continuar no campo como forma de luta por direitos existenciais contidos não só na constituição mais também em uma agenda de debates políticos e também científicos proporcionando umas maiores visibilidades dos sujeitos que vivem no campo. Contudo e preciso reiterar que o caminho para um desenvolvimento rural está longe de uma condição que demonstre uma fonte de renda, que ao mesmo tempo proporcione condições econômicas para os moradores.

No caso do espaço agrário é notório que as metamorfoses que acontecem com rapidez e fluidez interferem diretamente na constituição do território. Na ciência geográfica o debate vem sendo travado de forma a adquirir um conjunto de noções que possam subsidiar pesquisas e conseqüentemente uma compreensão pautada na geograficidade. Forma pela qual a geografia fomenta o debate sobre o tema e adentra nas discussões ais emergentes do campo brasileiro.

Sobre a condição da feira e seu território apropriado, observa-se o embrião de uma proposta promissora de política pública que pode ser aprimorada, atualizada e expandida para uma maior quantidade de produtores, que possam ter o apoio necessário para melhor desenvolverem suas atividades, sempre participando dos debates relacionados a questão da agricultura. Ainda assim, torna-se inegável a visibilidade e o reconhecimento dos agricultores e sua importância para o contexto social, não como mero produtor, mas como sujeito ativo participante das decisões e pautas, fruto das demandas sociais.

Sobre os pontos positivos da criação da feira, observa-se um maior fortalecimento da agricultura familiar, pois com a feira os produtores terão mais um espaço para comercializar seus produtos sem a concorrência com os produtos externos, sendo que, nesse caso eles conseguem uma maior visibilidade não só da população mais também do poder público, que reforça a importância e direciona

cursos para a formação dos agricultores que não tem o domínio das técnicas de organização, armazenamento e comercialização de produtos.

Sobre o Conselho de Desenvolvimento Rural sustentável é possível sublinhar sua importância pelo contexto de mais um espaço de debates que possibilita ao mesmo tempo a descentralização das decisões tomadas e a unidade dos agricultores como participantes das pautas elencadas pelo poder público. Salientado que, de uma forma geral abrangendo todo território nacional existe não só uma condição inferiorizada do agricultor familiar perante o agronegócio, quando se fala em meios para promoção da produção de alimentos.

Diante dessa realidade e também para o espaço agrário brasileiro, as subdivisões territoriais trazem em geral desafios travados diariamente pelos agricultores que detêm de poucos recursos e em muitos casos, nenhum recurso. Ainda assim, ratifica-se a riqueza da luta camponesa em continuar residindo no campo e produzir existência e resistência ao mesmo tempo que contribui para um caminho mais racional do espaço geográfico.

Constatou-se durante toda pesquisa uma série de desafios, provenientes de uma raiz única da desigualdade existente no campo. A questão da falta de recursos e de um planejamento acanhado, ainda assim importante, sintetiza algumas das iniciativas propostas para as problemáticas abordadas. É necessário pontuar a importância de se haver um planejamento concreto, com objetivos formais e reais e uma contextualização das condições gerais dos agricultores do município, que possa ser visualizado quais as reais necessidades de cada indivíduo, assim sendo possível revisar e observar o andamento da feira, e também uma preocupação contínua e atualizada.

Podendo assim, ampliar as vagas e um maior apoio técnico, para os agricultores que se propõem a cumprirem com os objetivos da feira. Ainda é possível dizer que falta formação para agricultores, para chegarem talvez a uma produção que possa ser chamada de agroecológica o que traria mais relevância para a feira e os agricultores de forma, a valorizar a produção e trazer um diferencial ainda maior.

Assim, é possível considerar a importância do trabalho e sua contribuição, além da possibilidade de subir um novo degrau em futuras pesquisas, que darão continuidade em outras intervenções geográficas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosemeire A. (Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- ALMEIDA, Jalcione. PROJETOS DE AUTONOMIA NA AGRICULTURA: NOVAS CONCEPÇÕES PARA O SOCIAL?. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 34, n. 3, p. 11-37, 2019.
- BRASIL. Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília. 2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm) >. Acesso em 23 de Janeiro de 2020.
- CATAIA, Márcio Antonio. Território político: fundamento e fundação do Estado. *Sociedade & natureza*, v. 23, n. 1, p. 115-125, 2011.
- ESTEVIÃO, Renildo Barbosa; FERREIRA, Maria D.'Alva Macedo. ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: uma breve revisão de aspectos metodológicos para formulação de políticas. *HOLOS*, v. 3, p. 168-185, 2018.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. *Rev. Adm. Pública* — Rio de Janeiro 50(6):959-979, nov./dez. 2016.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. *Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa: AGB, 2002.
- FERREIRA, Darlene Aparecida. Mundo rural e geografia: geografia agrária no Brasil, 1930-1990. São Paulo: Unesp, 2001. <File/12646/11806>>. Acesso em: 15 de março de 2019.
- FERREIRA, Joaquim Alves et al. Papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural: a experiência de Espírito Santo do Pinhal. Campinas, São Paulo, 2002.
- FUINI, Lucas Labigalini. Construções teóricas sobre o território e sua transição: A contribuição da Geografia brasileira. *Revista Colombiana de Geografía*, Bogotá, Universidad Nacional de Colómbia, v. 26, n. 1, p. 221-242, jun. 2017.
- \_\_\_\_\_, Lucas Labigalini. Sobre poder e território na geografia política de Claude Raffestin. *Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE*, v. 17, n. 3, p. 162-168, dez. 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5301287.pdf>>. Acesso em: 6 de abril de 2019.

GALVÃO, Iapony Rodrigues; BEZERRIL, Kellia de Oliveira. O povo e seu território: uma discussão sobre a teoria de Friedrich Ratzel. *Revista de Geopolítica*, v. 3, n. 2, p. 230-238, jul./dez. 2012. Disponível em: <[www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/59](http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/59)>. Acesso em: 4 de abril de 2019.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. et al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GHIZELINI, André Michelato; ARAGUÃO, Lucas. Campesinato e Agricultura Familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. **Revista Sinais**, v. 1, n. 23, 2019.

\_\_\_\_\_, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e Modernidade*. 11<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, W. David. Geografia. In: *Dicionário do Pensamento Marxista* / Tom Bottomore, editor; Laurence Harris, V.G. Kierman, Ralph Miliband, coeditores; [tradução Waltensir Dutra; organizador da edição brasileira, revisão técnica e pesquisa bibliográfica suplementar, Antônio Moreira Guimarães]. -Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2001, p. 162-165.

IBGE. Dados referentes ao município de Pirpirituba - PB. Pirpirituba - PB IBGE, Cidades. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pirpirituba>> Acesso em: 17/04/2018 jun.2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view>

LE MOS, Amália Inês Geraiges de. Geografia da modernidade e geografia da pós-modernidade. *Revista GEOUSP*, São Paulo: USP, n. 5, p. 27-39, 1999.  
MEGALE, Januário Francisco. *Geografia Agrária: objeto e método*. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 6, n. 11, 1976.

LIMA, Juliana Ferreira de. Feira da agricultura familiar de serraria-pb e as tecnologias agroecológicas para o fortalecimento e valorização dos agricultores familiares. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias - Agroecologia), Universidade Federal da Paraíba, 2019.

MATTEI, Lauro. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. *Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*, v. 4, p. 1-14, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário de 2006*. Brasília: s/d.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio; BARBOSA, Humberto Junior Neves; DE SÁ, Thiago Hérick. *QUEM PRODUZ COMIDA PARA OS BRASILEIROS? 10 ANOS DO*

CENSO AGROPECUÁRIO 2006. PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho, v. 18, n. 3, 2017.

MITIDIERO JUNIOR, Marco.Antonio; GARCIA, Maria Franco; VIANA, Pedro Costa Guedes. (Org). A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: UFPB/Universitária: 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos avançados, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

\_\_\_\_\_, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros. (Org). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela, 2004.

\_\_\_\_\_, Ariovaldo Umbelino. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela, 2004.

\_\_\_\_\_, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labor Edições, 2007.

PEREIRA, Vicente Fachini Mirlei. Território e política: práxis invertidas e desafios da existência. Sociedade & Natureza, Uberlândia/MG, v. 23, n. 1, p. 95-104, abr. 2011. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/sn/v23n1/08.pdf](http://www.scielo.br/pdf/sn/v23n1/08.pdf)>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A CONTRARREFORMA AGRÁRIA NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI1.SERGIPE, 2011.Revista Geográfica de América Central, Costa Rica, v. 2, n. 47E, p. 1-16, jul. 2011.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão popular, 2009.

\_\_\_\_\_, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. Expressão Popular, 2009.

Sociedade & natureza, Uberlândia/MG, v. 23, n. 1, p. 115-125, abr. 2011.  
Disponível em: <[www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11531](http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11531)>.  
Acesso em: 2 de março de 2019.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMEZ, Paulo Cesar da Costa; Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

\_\_\_\_\_, Marcelo Lopes de. Território e (des)territorialização. In: \_\_\_\_\_. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. cap. 4, p. 77-110.

SPOSITO, Eliseu Savério. (Org). Glossário de geografia humana e econômica. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

STÉDILE, João Pedro. (Org.) A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária (1946-2003). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In. ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2001. p. 31-44. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>> Acesso em: 10 de abril de 2019.

WELCH, Clifford Andrew et al. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília-DF, NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

## APÊNDICE A – Entrevistas

### Pesquisa de Campo (2020)

Entrevista com os representantes do poder público municipal e estadual envolvidos na implantação da feira de pequenos produtores

- Como aconteceu a criação da feira? Quais foram os passos?
- Quem foram os envolvidos?
- Quais foram as justificativas?
- Quais os objetivos da feira?
- A feira foi baseada em algum exemplo ou modelo?
- Quantas famílias participam da feira? Porque?
- Quanto tempo existe a feira?
- Existe algum documento que mostre o planejamento da feira?
- Existe alguma política pública federal que incentive a criação de feiras desse tipo?
- Quais são as políticas públicas a que os agricultores têm direito ou são beneficiados?
- Quais as diferenças entre a feira comum e a dos pequenos agricultores?
- Qual a participação dos agricultores na gestão e organização da feira?
- Quais ações a secretaria de agricultura desenvolve que envolve direta ou indiretamente a feira?
- A secretaria usa os dados do IBGE nas ações promovidas? Porque?

## Pesquisa de Campo (2020)

Entrevista com os agricultores que participam da feira de pequenos produtores do município de Pirpirituba/PB

- Em que sitio o senhor (a) mora?
- Quantas pessoas moram no sitio?
- Quais os tipos de cultivo o senhor (a) produz?
- Qual o principal problema que o senhor (a) enfrenta na agricultura?
- A sua família trabalha na agricultura? Os seus filhos pretendem continuar na agricultura?
- O senhor (a) conhece alguém que saiu da zona rural e/ou que abandonou a agricultura por não conseguir sustendo?
- O senhor (a) consegue tirar o sustento da sua produção? Porque?
- O senhor ou a sua família desenvolve outra atividade que não envolva a agricultura?
- O senhor (a) participou do planejamento da feira?
- Participou de alguma formação/curso relacionado a feira?
- Qual a importância da feira?
- Já tentou buscar financiamento ou empréstimo para usar na agricultura? Quais os problemas encontrados?
- Recebe ou recebeu algum auxílio do governo relacionado a agricultura?
- Quais os problemas que o senhor (a) encontra relacionado a feira?
- O que ainda falta na feira ou poderia ser melhorado?